

BOLETIM MACAÉ

Abril 2022



Mais um passo na revisão do Plano de Bacia

Plenária do Comitê de Bacia se reuniu
com pesquisadores para avançar na
elaboração do projeto



COMITÊ DE BACIA
DO RIO MACAÉ



CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL
LAGOS
SÃO JOÃO

22
de abril

DIA DA
TERRA



VOCÊ
SABIA?

**APENAS
1% DA ÁGUA**

disponível no **Planeta Terra**
pode atender às necessidades
dos cerca de **8 bilhões de**
habitantes ao redor do globo.



3% de água do Planeta é **doce**, mas **não necessariamente potável**. **2%** encontram-se em geleiras, no **estado sólido**.

Apenas 3% da água do Planeta é doce, e só 1% é de fácil acesso

Todo cuidado com o uso da água é pouco. Afinal, trata-se de um recurso natural cada vez mais escasso, em função do aumento constante no consumo e da deterioração dos corpos hídricos existentes. Apesar de mais de 70% da superfície da Terra ser coberta por água, é sempre importante lembrar que 97% da água está nos mares e oceanos.

Apenas 3% da água do Planeta Terra é doce, sendo que 2% encontram-se em geleiras, no estado sólido, o que faz com que apenas 1% seja de fácil acesso, para atender às necessidades dos cerca de 8 bilhões de habitantes ao redor do globo.

Por isso, é fundamental cuidar dos recursos hídricos, isto é, rios, lagos e lençóis subterrâneos,

evitando a poluição e a contaminação da pouca quantidade de água disponível. Com esse objetivo, o Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras atua na mediação de conflitos relacionados aos usos múltiplos da água, tendo, em sua composição, diversas representações da sociedade interessadas na garantia do acesso universal à água em nossa região.

No fim das contas, apenas **1% da água do planeta está disponível para utilização mediante tratamento para torná-la potável**.



Comitê dá mais um passo para a revisão do Plano de Bacia da Região Hidrográfica Macaé Ostras

Plenária do Comitê de Bacia se reuniu com pesquisadores para avançar na elaboração do projeto



O Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras deu mais um importante passo para a revisão do Plano de Recursos Hídricos da região. A plenária se reuniu na última sexta (29) e no sábado (30), no Hotel Samba Macaé, no bairro Cavaleiros, para avançar na elaboração das diretrizes para a revisão do documento.

A Oficina de Diretrizes para Elaboração da Revisão e Complementação do Plano de

Recursos Hídricos da Região Hidrográfica VIII do Estado do Rio ocorreu em formato híbrido. O evento contou com a presença dos professores Fernando Meirelles, Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental; Eduardo Lanna, Doutor em Engenharia Civil; Moema Versiani, Doutora em Engenharia Civil; e Virgínia Villas Boas, Doutora em Meio Ambiente, que orientaram os membros do Comitê.

“Esse evento foi de extrema importância para nossa Região Hidrográfica, porque são as diretrizes do nosso Plano de Bacia. Gostaria de agradecer a todos que estiveram aqui presentes. Com a ajuda dessas pessoas, nós estamos conseguindo avançar e dar transparência para a sociedade sobre o que estamos fazendo. Todas as contribuições foram muito produtivas e muito interessantes para o crescimento do nosso trabalho.”

Katia Albuquerque,
presidente do CBH Macaé



“ A gente discutiu as atividades, quais são as prioridades e quais são os produtos que a gente espera para essa revisão do Plano de Bacia. A avaliação é positiva. É o Comitê se fazendo representar e contribuindo com a sociedade. ”

Hallison Marques,
coordenador do Grupo de Trabalho de Revisão do Plano de Bacia

O Plano de Recursos Hídricos tem como objetivo nortear a implementação das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, e o gerenciamento a curto, médio e longo prazos, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos, devendo ser acompanhado de revisões.

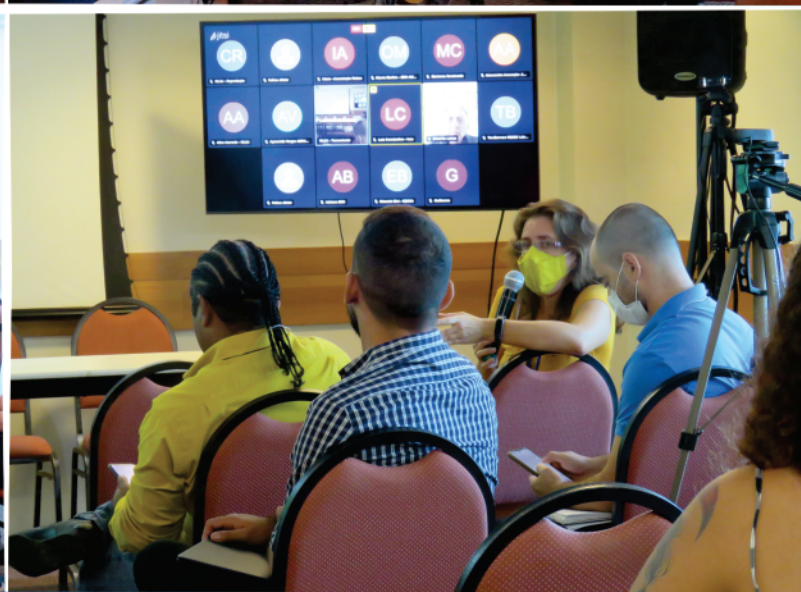
É o documento que contém as diretrizes de usos dos recursos hídricos, que servem para orientar a sociedade e os tomadores de decisão para a recupera-

ção, proteção e conservação dos recursos hídricos das bacias ou regiões hidrográficas correspondentes.

O professor Fernando Meirelles espera que a revisão traga novas táticas de ação.

“O Comitê Macaé é sempre propositivo e traz discussões pioneiras. Eu trouxe como contribuição a possibilidade de construir um manual operativo, para que o plano atual seja implantado e permita fazer a inserção de novas táticas de ação do Comitê”, explicou Meirelles.



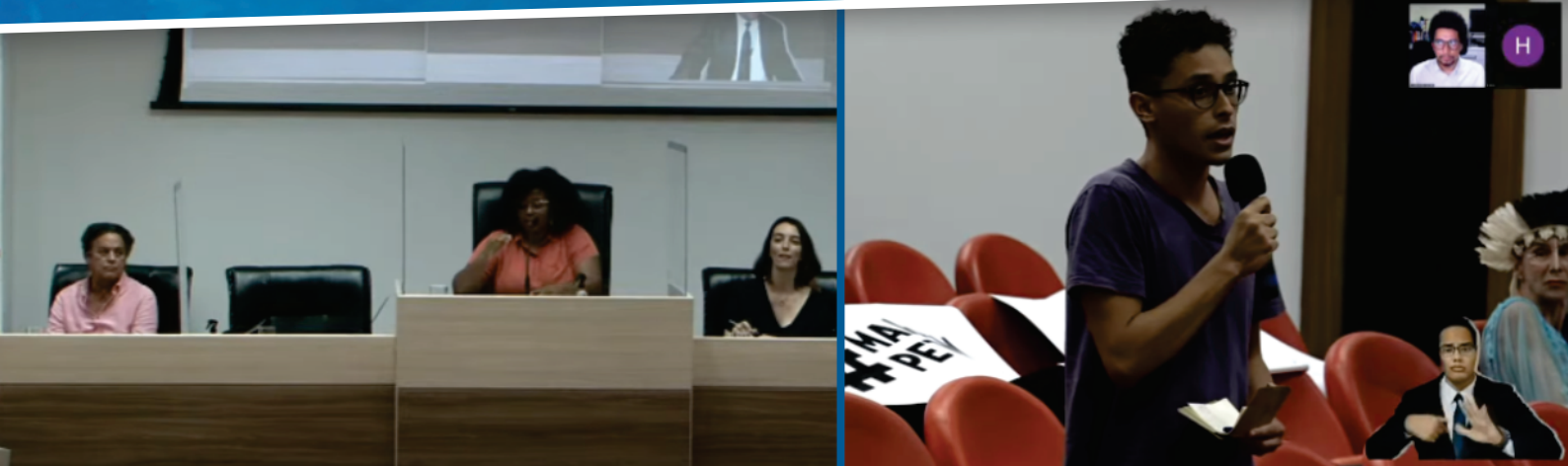


“Esse planejamento de recursos hídricos garante uma atuação mais fortalecida e mais propositiva do Comitê para a proteção e para a reversão de degradação das águas aqui da região. Espero que saiam diretrizes objetivas que possam nortear a nossa atuação enquanto sistema de recursos hídricos.”

Moema Versiani, gerente de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e Governança das Águas do Instituto Estadual do Ambiente (Inea)

O produto deste evento foi um documento onde foram registradas as diretrizes para a revisão do plano. A versão final do documento será aprovada no próximo dia 20. Uma vez aprovado, o documento será a base do Escopo Técnico e do Termo de Referência para a Contratação da Revisão do Plano de Bacia, que serão elaborados pelo Consórcio Intermunicipal Lagos São João, entidade delegatária do Comitê de Bacia.





CBH Macaé participa de audiência pública sobre impactos de termelétricas

Professor Maurício Mussi alertou para possíveis danos que podem ser irreversíveis para a Bacia Hidrográfica

Especialistas, pesquisadores, ativistas e autoridades se reuniram durante uma audiência pública na Câmara Municipal de Macaé, no dia 4 de abril, para um debate sobre possíveis impactos gerados a partir da atuação de usinas termelétricas na Bacia Hidrográfica. Na audiência, o professor Maurício Mussi Molisani, do campus Macaé da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), representando o Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras, alertou para possíveis danos ao meio ambiente que podem ser irreversíveis na região.

O alerta ambiental, durante a audiência solicitada pela vereadora Iza Vicente, foi motivado pelos riscos que envolvem a construção de 100 termelétricas no Brasil, sendo 11 somente na cidade de Macaé. A previsão é de que a chegada dos empreendimentos pode agravar o risco de escassez de água.

O professor Maurício Mussi explicou sobre a disponibilidade de água na bacia do rio Macaé, apontando para o fato de que é uma bacia de pequeno porte e

com alta pressão pelo uso de água.

“A bacia do rio Macaé é uma bacia de tamanho pequeno, ou seja, uma produção de água limitada em função da área da Bacia. Além de produzir pouca água, ela é uma bacia costeira. Nós temos seis municípios e em torno de 400 mil pessoas que precisam da água, além de uma série de atividades econômicas que utilizam a água dessa bacia. Então, na verdade, a gente tem um grande problema regional em relação à disponibilidade de água”, alertou o professor.

Ainda de acordo com ele, pensando na limitação da disponibilidade de água, o Comitê Macaé elaborou o Plano de Recursos Hídricos. O documento aborda os diversos usos existentes e futuros na região, e traça cenários futuros de disponibilidade de água, tanto para o consumo da população como também para o turismo, a agricultura, a pecuária e todo o parque industrial local.

“O Plano de Bacia traz esta informação sobre a demanda hídrica, levando em considera-

ção o quanto de água as atividades econômicas e sociais retiram. Segundo o Plano de Recursos Hídricos, a maior parte da água retirada é para uso industrial, depois vem o uso humano e o uso animal”, explicou.

De acordo com o professor, a solicitação de outorgas para a construção de novas termelétricas pode significar ainda mais pressão para o sistema de recursos hídricos, em um cenário que já prevê a falta de água em um futuro próximo. Ele também demonstrou preocupação com outro projeto, dessa vez para a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no rio Macaé.

“Agora a gente está em uma nova luta, que é sobre o projeto da PCH que foi retomado para a construção em Cachoeiro de Macaé. Nós estamos preocupados com termelétrica aqui, mas aí já tem uma nova preocupação de uma hidrelétrica que pode mudar, completamente, a questão hidrológica no trecho de vazão reduzida do rio. Então é fundamental que o Inea analise as coisas de uma maneira global”, concluiu o professor Maurício Mussi.

19

de abril

dia dos **POVOS INDÍGENAS**

No dia 19 de abril é celebrado o Dia dos Povos Indígenas, anteriormente denominado Dia do Índio. A data foi instituída em 1943, para fazer referência ao dia em que lideranças indígenas decidiram participar efetivamente do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México, em 1940. Há algum tempo, os povos indígenas brasileiros vêm chamando a atenção para a forma como a população não indígena comemora esta data.

Com frequência, são realizadas comemorações fazendo referência a um estereótipo de indígena genérico e folclórico, deixando de lado a importância da cultura, da ancestralidade, da luta e da resistência dos povos originários. Não por acaso, em 2019, a deputada indígena Joenia Wapichana apresentou o projeto de lei 5.466/2019, aprovado na Câmara dos Deputados em Dezembro de 2021, com o objetivo de mudar a nomenclatura deste dia para Dia dos Povos Indígenas, como forma de reafirmar e fortalecer a sua identidade.



Por isso, nesta edição do Boletim, convidamos vocês a refletirem sobre esta data, sobre a resistência dos povos originários e sobre as possibilidades de contribuição dos não indígenas. Nesse sentido, podemos refletir sobre a diferença entre as palavras índio e indígena. O doutor em Educação e Pós Doutor em Literatura Daniel Munduruku, da etnia Munduruku, explica em entrevista ao Portal Geledés que a palavra índio foi adotada no século XVI e transformou-se em um apelido – e apelidos trazem sempre um aspecto negativo associado.

Além disso, o termo índio possui uma conotação ideológi-

ca associada a aspectos ruins ou pessoas preguiçosas, selvagens ou atrasadas, ainda que algumas pessoas ainda pensem “no aspecto positivo romantizado, pacífico, bonito, da floresta, inocente”. Da mesma forma, a palavra tribo também remete a um significado que minimiza a importância das populações indígenas e evoca a ideia de selvagem/tribal. Adicione-se a isso o fato de os termos índio e tribo terem sido criados pelos colonizadores, reduzindo a pluralidade de cerca de 1.000 etnias que existiam no país em 1500. Já a adoção do termo “indígena”, cujo significado é “natural do lugar que se habita”,

tem sido indicada como a definição mais correta para se referir aos povos originários.

Os pesquisadores José Ribamar Bessa Freire e Márcia Fernanda Malheiros, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, acrescentam ainda que, da mesma forma que o termo “europeu” agrupou povos tão diferentes como os portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e tantos outros, o nome “índio” esconde centenas de nações independentes, que falam línguas diferentes, muitas delas não-intercomunicantes entre si. Cada uma delas tem sua própria história, organização social, habilidades tecnológicas, cultura e costumes.





Estes pesquisadores publicaram em 1997 o livro “Aldeamentos Indígenas do Rio Janeiro”, que vasculhou os principais acervos da capital e do interior fluminense para mapear os aldeamentos indígenas do Estado e contribuir para elaboração de materiais didáticos que pudessem disseminar o conhecimento sobre povos indígenas nas escolas. Em seu trabalho, os pesquisadores identificaram que o Estado do Rio de Janeiro era habitado por povos indígenas que falavam pelo menos 20 idiomas diferentes, sendo as famílias linguísticas Tupi e Puri as que reuniam os povos historicamente mais importantes do

Rio de Janeiro.

Na região da bacia do Rio Macaé e Das Ostras, por exemplo, os principais povos indígenas eram falantes de línguas da família Puri. No litoral, habitavam os povos Goytacá e mais para o interior, os povos Guarulhos, Coroados, Paris e Sacuru. Os povos Tupi, por exemplo, dominavam um vasto campo de conhecimento: tinham noções de astronomia e classificaram o mundo natural com um rigor equivalente ao realizado pelos europeus em biologia, botânica e zoologia, produzindo o que hoje é considerado ciência. É inegável que os povos indígenas contribuíram decisivamente

para a formação étnica do povo fluminense, e também do povo brasileiro.

Infelizmente, todos os povos indígenas que viviam no Estado do Rio de Janeiro foram dizimados, em um processo histórico conflituoso e quase sempre violento. De acordo com o IBGE, vivem nos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé e das Ostras apenas 392 pessoas que se autodeclararam indígenas, o que representa menos de 0,2% da população da bacia. Conhecer a história, respeitá-la e homenageá-la são ações que devemos nos lembrar não somente no dia 19 de abril, mas todos os dias.

Referências

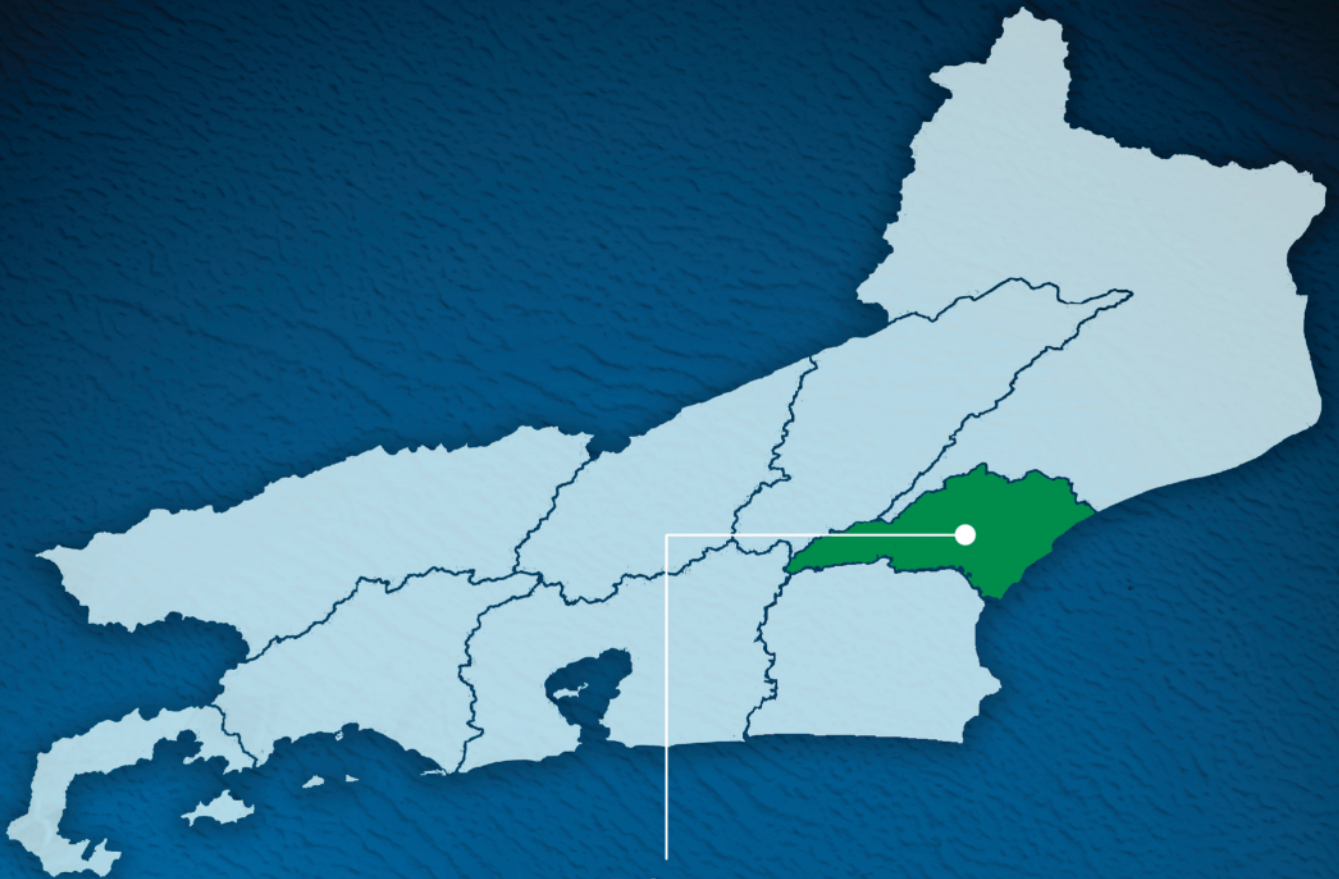
1 - Portal Geledés, acessado em 03 de maio de 2022

https://www.geledes.org.br/voce-sabia-que-existe-diferenca-entre-as-palavras-indio-e-indigena/?gclid=Cj0KCQjwyMiTBhDKARIsAAJ-9VsiXpDvWbw8VHnMjwe0QCXL6XL2d6gkU-Nq6AvbcNyM-ML2k9oeJioaAuoAEALw_wcB

2 - Portal Alma Preta, acessado em 04 de Maio de 2022

<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/resistencia-indigena-entenda-porque-o-termo-indio-e-considerado-pejorativo>

3 - http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Afreire-1997-aldeamentos/Freire%26Malheiros_1997_AldeamentosIndigenasRioJaneiro.pdf



Endereço

**SEDE DA DELEGATÁRIA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL LAGOS SÃO JOÃO - CILSJ**

Rodovia Amaral Peixoto Km 106
Balneário | São Pedro da Aldeia
Tel.: (22) 2627-8539

SEDE CBHMO - ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Rua Santa Catarina nº 219 salas 502 e 503
Extensão do Bosque | Rio das Ostras
Tel: (22) 3034-2358

comitemacaedasostras@gmail.com
www.cbhmacae.eco.br

